

Massa falida

ANTÔNIO CARLOS BISCAIA

A esperança por dias melhores que há menos de três anos venceu o medo e levou o país a uma euforia cívica não pode morrer agora, já que aquela não foi a última tentativa das pessoas de bem de lutar por um Brasil decente.

É certo que o golpe baixo de alguns dirigentes petistas pegou de surpresa 800 mil militantes partidários e 53 milhões de eleitores, mas para quem já sobreviveu a crises políticas muito graves, o medo de que este país não tenha mais solução não pode matar a esperança de que nem tudo está perdido.

Antes de tudo, temos de ter em mente que o voto é ainda a única arma democrática que temos para punir erros e corrigir rumos. E a punição tem de começar pelo próprio Partido dos Trabalhadores, cujos dirigentes atuais ainda não tiveram a compreensão do que está acontecendo com o partido e, apesar da gravidade da crise interna, insistem em manter o poder e proteger envolvidos em atos ilícitos.

Um partido que já puniu filiados por simples entrevistas à imprensa ou por uma votação que estava de acordo com a manifestação de consciência, não pode se manter estrategicamente omissos diante de companheiros que, documentalmente, são apontados como destinatários do recebimento de importâncias ilegais e de origem duvidosa. Trata-se de uma incoerência inaceitável.

Não custa lembrar que não foi o PT que traiu militantes e eleitores, mas sim dirigentes que, numa infidelidade indecente, revelaram-se corruptos a serviço de um projeto de poder que somente beneficiaria ambições pessoais e, nunca, a população brasileira como prevê os princípios ético-sociais que deram origem ao partido.

Assim como militantes e eleitores se sentem traídos, nós, parlamentares petistas, nos sentimos também envergonhados do comportamento antiético e até criminoso de alguns poucos companheiros. E essa vergonha nos persegue na rotina do cotidiano. No Rio de Janeiro, veículos que circulavam orgulhosamente com o adesivo “oPTei”, agora trafegam com o “corruPTo”, o que nos atinge indelevelmente.

Quem diria: o PT que era o símbolo da ética, hoje é tido como corrupto para a satisfação, quase êxtase, de uma oposição irresponsável que torce contra o governo por vislumbrar a chance de retomar o poder que lhes escapou das mãos depois de décadas de coronelismo político.

Se o voto ainda é a grande arma democrática, que pelo voto se expurgue do Partido dos Trabalhadores os dirigentes e os parlamentares coniventes com o esquema de corrupção. Com 30 anos de atuação como procurador de justiça no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, considero sólidas e definitivas as provas de associação criminosa para a prática de diversos delitos, que vão de corrupção à sonegação, à lavagem de dinheiro, a crimes contra o sistema econômico-financeiro.

Como prova documental, recibos, depósitos, transferências bancárias e listagens de comparecimento a agências bancárias suspeitas, provas inquestionáveis, pouco a pouco confirmadas por outras testemunhais. Além disso, as doações não declaradas não são meras informalidades ou irregularidades de campanha, como sustentam alguns, mas crimes eleitorais. E a definição jurídica das condutas criminosas é atribuição privativa do Ministério Público.

O nosso presidente Lula ainda precisa demonstrar em suas falas a necessária indignação contra práticas de companheiros que feriram gravemente seu partido. Seus 53 milhões de eleitores e os 800 mil militantes que o ajudaram na eleição continuam aguardando seu desabafo com a esperança de que ainda é possível se expulsar do PT os traidores, expurgar dos seus quadros a corrupção e provar que o partido ainda tem moral para lutar por um país mais honesto e decente.

Como integrante do grupo de 21 deputados federais petistas que integram o bloco parlamentar “PT Livre”, defendo a imediata e sumária expulsão dos dirigentes que ainda não se afastaram e a instauração de processo disciplinar pela Comissão de Ética contra todos os deputados do partido envolvidos em atos ilícitos.

E pelo voto democrático os filiados petistas devem aproveitar o Processo de Eleição Direta (PED) do próximo dia 18 de setembro para eleger, por consenso, os novos dirigentes partidários sem vínculos com os grupos que traíram o presidente, os militantes e os eleitores, evitando, assim, que o Partido dos Trabalhadores (PT) se transforme numa grande massa falida da ética política que, inevitavelmente, ficará registrada na História do país como uma herança do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ANTÔNIO CARLOS BISCAIA é deputado federal (PT-RJ).

VERISSIMO

Velhinha tinha conta no exterior



Marcelo

rosseguem as investigações sobre a morte da Velhinha de Taubaté, que ficou conhecida nacionalmente por ser a última pessoa no Brasil que ainda acreditava no governo. O inquérito está sendo conduzido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, dada a repercussão do caso. Um promotor sai de cinco em cinco minutos da sala em que está sendo interrogado o gato da Velhinha, o Zé, para informar à imprensa o que se passa lá dentro, embora o gato tenha, até agora, dito muito pouco. “Miau”, basicamente.

Houve um princípio de tumulto entre repórteres quando uma equipe da televisão, gravando clandestinamente no interior da casa da Velhinha, localizou um pedaço de papel com números e o que parecia ser a palavra “off-shore” em letra tremida, o que indicaria que a Velhinha tinha uma conta no exterior, onde receberia para acreditar no governo. Depois se revelou que eram números para jogar na Sena, que a Velhinha sempre acreditava que ia ganhar, e que a palavra escrita era “oxalá”. Mas alguém ficou com o papel e é possível que a notícia “Velhinha tinha conta no exterior” apareça em alguma manchete nos próximos dias para atrair a atenção, mesmo que o texto diga outra coisa. Sabe como é a imprensa.

Todas as CPLs em andamento no Congresso Nacional dis-

putam a prioridade em convocar o Zé para depor em Brasília, o que tem acirrado o conflito entre elas, que muitos temem possa acabar numa guerra aberta com congressista brigando com congressista pelos corredores e todos se juntando para pegar o ACM Neto.

Só o gato poderia contar o que realmente aconteceu, na improvável hipótese de, ao contrário do que fizeram tantos outros nas CPLs, começar a falar. Mas pode-se deduzir o que levou a Velhinha a morrer — ou se matar com veneno no chá. Ela nunca se recuperou totalmente do choque da notícia da compra de votos para reeleger o Fernando Henrique, seu ídolo na ocasião, apesar de depois acreditar em todos os desmentidos. Debilitada, sofreu outro baque com as denúncias contra o Palocci, seu ídolo atual, e outro baque quando soube que nem no Ministério Público se podia confiar. Foi demais para a Velhinha.

O curioso é que as alegres multidões que iam até a sua casa na esperança de ver o fenômeno, um brasileiro que ainda acreditava, estão sendo substituídas por tristesromeiros que visitam o santuário improvisado na frente da sua casa, em Taubaté, na esperança de recuperar a fé. A Velhinha pode muito bem se transformar em milagreira depois de morta. As pessoas querem acreditar, pelo menos, em quem acreditou um dia.

Adeus às armas

RODRIGO MAIA

Pena que se aprovou o plebiscito das armas para este ano. Melhor teria sido ano que vem. O custo de um bilhão de reais entre a mobilização nacional do TSE e a compensação tributária pelo uso da TV, sem contar os gastos privados, teria sido evitado. Mas, muito além disso, a coincidência com as eleições de 2006 colocaria no centro do debate político por todo o país as questões da violência e da segurança pública, hoje prioridades nacionais e desestabilizadoras da democracia e da cidadania entre as pessoas de menor renda. Uma vez decidido, cabe opinar sobre o mérito. Erram aqueles que se opõem à proibição de comercialização das armas focando seu raciocínio no crime organizado em si. O desarmamento no seio da sociedade civil dirige-se ao delito comum e a fatores emocionais crescentes num mundo rápido, mu-

tante, volátil e por isso mesmo estressante cujo acesso banal às armas transforma conflitos em tragédias. Cumpre uma função de pedagogia social e emocional ao reduzir o acesso fácil a uma gaveta, uma resposta insensata, ou indução aos jovens estimulados pela violência do meio que o cerca e de programas na TV, internet ou *video games* em que herói e violência muitas vezes se confundem. O programa mais bem sucedido na polícia britânica nos anos trinta foi o

treinamento para desvincular abordagem de conflitos ou delitos, com o reflexo de levar as mãos às armas. Só o policial que não tinha mais este reflexo poderia usar armas. Com a criação, no Brasil, dos juzizados especiais para tratar dos delitos com baixo potencial ofensivo, vieram à luz do dia e das estatísticas os números dramáticos da banalização da violência no cotidiano. O crescimento de dois itens — ameaça e lesão corporal — alcançou a astronômica cifra de 500% em menos de 10 anos, de 1993 a 2003, atingindo no Estado do Rio mais de 110 mil ocorrências registradas ou 300 por dia ou quase 13 por hora. Quantos desses se transformaram em tragédia e não estão aqui contabilizados? Das 8 mil mortes violentas por ano no Estado do Rio de Janeiro, se supusermos que 50% estão relacionados ao crime organizado, deduzimos que 4 mil estão relacionadas a causas fúteis, e provavelmente metade dessas com armas de fogo. Se fosse possível esta proibição ser mais abrangente, se fosse controlável, deveria se incluir também as armas cortantes.

Se nas armas de fogo se produzir um efeito de apenas 10%, estaremos falando de 200 vidas por ano. E pela pedagogia implícita será um corte numa curva que não pára de crescer. Adeus à banalização das armas é o mínimo que se pode pedir, junto com tantos outros itens de ações preventivas contra a violência, que juntos produzirão a sinergia necessária a uma sociedade mais solidária, mais fraterna.

RODRIGO MAIA é deputado federal (PFL-RJ).

De costas para o Rio

SÉRGIO CABRAL

Onúncio de que as obras de construção do Arco Rodoviário do Rio, que incluem a construção da RJ-109, ligando o Porto de Sepetiba às rodovias federais que cruzam o estado, não sairão mais do papel este ano é mais um tiro no coração do Rio de Janeiro. A obra, considerada estratégica há 27 anos, tornou-se imprescindível para o desenvolvimento do estado com o aumento da circulação de mercadorias pelo Porto de Sepetiba. Além do ponto de vista econômico, a obra irá contribuir para desafogar o trânsito da cidade do Rio de Janeiro, já que possibilitará o desvio de caminhões de carga que vão para Sepetiba da Ponte Rio-Niterói e da Avenida Brasil.

Desobedecendo a um princípio básico da política de transportes realizada em grandes centros urba-

nos do mundo, o governo federal não aposta na integração entre União, estado e município. Mesmo depois de prometer e se comprometer com a construção do Arco Rodoviário, o governo federal revê a sua posição e afirma que as obras só poderão se iniciar em 2006. Quem garante que isso efetivamente irá ocorrer?

O descaso do governo federal para com o Estado do Rio de Janeiro é público e notório. Em 31 meses, uma fita de inauguração de obra do governo federal sequer foi cortada em todo o estado, assim como não houve o lançamento de qualquer pedra fundamental. E, ao que parece, as demonstrações de desinteresse pelo Rio de Janeiro só

tendem a se acumular.

O caso do Arco Rodoviário faz parte de uma espécie de pacote de abandono do Rio. O mais grave é que se trata de uma obra estratégica, vital para o futuro do estado. O Porto de Sepetiba, graças a investimentos feitos durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ampliou sua atividade. A governadora Rosinha, por sua vez, atraiu por meio de incentivos a Siderúrgica do Atlântico para a região, um empreendimento de mais de um bilhão de dólares feito em parceria entre a Thyssen e a Vale do Rio Doce. A CSN estuda instalar uma siderúrgica na área.

Diante de tais constatações, é difícil não concluir que o governo Lu-

la tem sido péssimo para o Rio de Janeiro. Ao contrário do governo anterior, responsável, entre outras obras, pelas inaugurações de várias estações, que levaram o metrô da Pavuna à Siqueira Campos, o governo Lula demonstra uma incrível má vontade na liberação de recursos do BNDES para a conclusão das obras da estação Cantagalo, em Copacabana, que já se encontram em fase de finalização, conforme tem noticiado O GLOBO.

É bem verdade que o Rio de Janeiro, apesar de certamente ser o estado mais prejudicado, não está sozinho. O Brasil tem sofrido com a verdadeira peça de fantasia que se transformou o orçamento federal, marcado por um contingenciamento absurdo que afeta de forma implacável todas as esferas da administração pública.

SÉRGIO CABRAL é senador (PMDB/RJ).